

**SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – MTE/SENAES**  
**FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
**ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**POR UMA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL  
DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA –  
PPNFES**

Brasília  
2007

**POR UMA POLÍTICA PÚBLICA**  
**DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**(PROPOSTA DE DOCUMENTO)**  
**– INCLUINDO CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS REGIONAIS -**

### **Introdução<sup>1</sup>**

Este documento é uma contribuição aos debates sobre o tema “*Por uma Política Pública Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária – PPNFES -.*”

Tendo como base o documento da I Oficina Nacional foram incorporadas ao texto as contribuições das Oficinas Regionais, propostas e encaminhamentos apresentados pelo Conselho Nacional de Economia Solidária e algumas proposições elaboradas no âmbito do Departamento de Estudos e Divulgação (SENAES/MTE).

As oficinas regionais reforçaram a constatação da I Oficina Nacional que a existência de programas e ações governamentais são fundamentais para viabilizar as experiências de formação existentes. No entanto, os processos formativos têm dificuldade para manter-se de forma mais permanente, tem sido fragmentados e pouco abrangentes devido, entre outros motivos, a não existência de uma política mais estruturada para a formação em Economia Solidária.

Além das Oficinas Regionais, a formação/educação em economia solidária foi definida como prioridade política pela I Conferência Nacional de Economia Solidária que reafirmou a necessidade de avanços para consolidar uma política nacional de formação/educação em economia solidária.

No último ano tivemos a implementação de experiências mais amplas de articulação das ações da SENAES/MTE com outras políticas do governo federal, em especial, o Plano Nacional de Qualificação (Planseq Economia Solidária) e com o Programa de Educação de Jovens e Adultos (Saberes da Terra), além de um processo de sistematização dos projetos de formação apoiadas e mais diretamente acompanhados pela SENAES.

Com a incorporação deste acúmulo o texto está organizado da seguinte maneira:

- a) Princípio e Diretrizes da **PPNFES**;
- b) Estruturação da **PPNFES**
  - a. Conselho Nacional de Economia Solidária;
  - b. SENAES (Departamento de Formação e Divulgação)
  - c. Centro Nacional de Formação
  - d. Rede Nacional de Formadores
- c) Ações e articulação com demais políticas

### **1. Princípio e Diretrizes da PPNFES**

---

<sup>1</sup> Documento elaborado por Valmor Schiochet (Professor da Universidade Regional de Blumenau/SC)

Princípio Básico: a política pública nacional de formação em Economia Solidária deverá ser articulada ao processo permanente de fortalecimento (**ou busca da emancipação**):

- Dos empreendimentos econômicos solidários e seus sócios (fortalecimento econômico, social e político e cultural);
- Do movimento de economia solidária (articulação e estruturação dos fóruns e demais mecanismos de mobilização); e,
- Político da Economia Solidária com sua incorporação na agenda política do país e implementação de programas de apoio massivo bem como reconhecimento legal que reconheça suas especificidades.

### Diretrizes da PPNFES

- A formação/educação em economia solidária é um direito dos trabalhadores e trabalhadoras sócias de EES e cabe ao Estado garantir recursos permanentes para processos formativos continuados e sua universalização;
- Participação e controle social. Política democrática e institucionalização da participação ativa dos atores/sujeitos da Economia Solidária nos processos de decisão, implementação, acompanhamento **monitoramento** e avaliação da política de formação. Exercer controle social participativo da execução com o envolvimento efetivo dos fóruns de Economia Solidária
- Fortalecimento da experiência histórica de formação em Economia Solidária tendo como base a constituição e participação efetiva da Rede Nacional de Formadores que tem acúmulo na formação em Economia Solidária;
- Implementação de espaços específicos para a formação em Economia Solidária seja na forma de centros ou escolas de formação em Economia Solidária para a formação de formadores, a sistematização e disseminação de metodologias e organizar documentação pedagógica própria;
- Articulação com outras políticas de educação, formação e ciência e tecnologia tais como: alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional e social, incubagem e tecnologia social, extensão rural, entre outros; (Questões: Qual seria o espaço da Economia Solidária nesta articulação? Como estruturar ações públicas permanentes para a Economia Solidária como proposta estratégica em cada uma destas políticas? – considerar que cada uma destas políticas tem seus atores/sujeitos e que há ainda grande fragilidade de sua interação com a Economia Solidária).
- Articulação da formação com outras políticas de fortalecimento da Economia Solidária tais como: crédito orientado, assistência técnica, marco jurídico, comercialização, consumo, desenvolvimento local, saneamento básico, agricultura familiar, segurança alimentar, meio-ambiente, etc.
- Incorporação da Economia Solidária nas políticas de educação e de qualificação social e profissional (básica a superior), em especial, nos programas de alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante e qualificação social e profissional.

## **2. Estruturação da PPNFES**

Para a estruturação da PPNFES se faz necessário a constituição e consolidação (de forma articulada) dos espaços institucionais para o debate, a deliberação, coordenação e a execução (implementação de ações/projetos/programas, seu acompanhamento, monitoramento, avaliação e sistematização) da política.

### **a) O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES.**

Para a PPNFES o Conselho Nacional deve se constituir no principal espaço de elaboração, debate e deliberação das proposições referentes a política de formação.

De acordo com deliberação da Plenária do Conselho, em sua última reunião, foi constituído o Comitê Temático – Formação e Assistência Técnica – atribuição de aprofundar o debate e elaborar proposições sobre temas relativos às políticas de formação, educação e assistência técnica para a economia solidária, considerando as deliberação da I Conferência Nacional, tais como:

- Política Nacional de Formação em Economia Solidária;
- Articulação com as políticas de qualificação social e profissional, ensino profissionalizante e técnico;
- Articulação com as políticas de educação;
- Valorização das pedagogias populares nas políticas de formação;
- Assistência técnica, pesquisa e tecnologias para a Economia Solidária;
- Política de Formação e Universidades

### **b) A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE.**

Cabe a SENAES/MTE, por meio do Departamento de Formação e Divulgação<sup>2</sup> a coordenação da implementação da PPNFES, com estrutura de gestão e alocação orçamentária compatível com as exigência de uma política nacional e universal de formação em economia solidária. Igualmente, cabe a SENAES/MTE a coordenação da PPNFES com as demais políticas de educação e qualificação social e profissional existentes no MTE e nos demais Ministérios.

### **c) Centro Nacional de Formação em Economia Solidária.**

A experiência histórica dos movimentos sociais tem demonstrado a necessidade de construção de espaços/estruturas específicos para implementar as políticas de formação, seja sob a forma de centros nacionais, institutos ou de escolas nacionais de formação. No caso da Economia Solidária esta experiência será importante para a implantação da PPNFES.

Este foi um tema recorrente no debate recente sobre a formação que esteve presente na I Conferência Nacional e nas Oficinas Regionais. Embora ainda não há clareza sobre a forma (jurídico-institucional) já há acordo quando a necessidade de termos um estrutura nacional (articulada as organizações e experiências de formação existentes) voltada à formação em economia solidária com as seguintes atribuições:

---

<sup>2</sup> De acordo com a proposta de alteração da estrutura administrativa do Ministério do Trabalho e Emprego o DED (Departamento de Estudos e Divulgação) passaria a ser denominado de Departamento de Formação e Divulgação para caracterizar de forma mais adequada a prioridade da formação como sua atribuição na política nacional de economia solidária.

- Sistematizar de maneira permanente o debate sobre princípios e diretrizes metodológicas da formação em economia solidária para elaboração de uma referência nacional em “*pedagogia da autogestão*” ou “*pedagogia da economia solidária*”,<sup>3</sup>
- Coordenar e executar uma política nacional de formação de formadores/as e multiplicadores;
- Executar e articular as ações, de âmbito nacional, de formação/educação;
- Produção e disseminação de material pedagógico, subsídios para a formação (textos, cartilhas, vídeos);
- Manter e disponibilizar sistema de informações atualizado sobre as experiências de formação/educação em economia solidária;
- Orientar e capacitar os formadores para realização da sistematização permanente dos processos formativos;
- Organizar e realizar eventos (encontros, seminários, debates)
- Articular-se com Centros e Escolas Nacionais de Formação (de outros movimentos sociais, Escola Nacional Florestan Fernandes, p.ex.)

#### **d) Rede Nacional de Formadores**

A Questão da Rede Nacional de Formadores foi objeto de discussão específica nas Oficinas Regionais. As propostas das Oficinas Regionais foram objeto de debate em reunião do GT – Formação. Considerando que, para a PPNFES, a Rede Nacional de Formadores se constitui na base social (que reúne formadores/as e organizações voltadas à formação) que garante a capilaridade (territorialidade) dos processos formativos a partir da trajetória e experiência acumulada em formação na Economia Solidária proponho que o debate sobre a rede de formadores seja inserida neste contexto de proposição da PPNFES. O texto que segue sobre este tema reproduz, basicamente, as proposições elaboradas pelo GT – Formação

#### **Objetivos da Rede de Formadores**

- Construir e disseminar o conhecimento em rede;
- Trocar experiências de formação/educação em Economia Solidária;
- Facilitar o acesso à informação sobre o tema;
- Fortalecer e dar visibilidade às experiências educativas de ES;
- Formular, discutir e atuar junto às junto aos organismos competentes na implementação das políticas públicas de formação/educação em ES;
- Promover a interlocução e a articulação com outras redes e instâncias afins;
- Captar recursos para as ações de formação/educação em Economia Solidária;
- Ser um espaço de formação de educadores e educadoras em ES;
- Mapear e auxiliar na sistematização das experiências de ES;

---

<sup>3</sup> Este é um tema que deve ser aprofundado no âmbito do debate do documento sobre “Princípios e Diretrizes Metodológicas da Formação/Educação em Economia Solidária”.

- Interagir junto ao Conselho Nacional de ES na formulação e implementação de políticas de formação em economia solidária.

### **Integrantes da Rede de Formadores**

- Empreendimentos, assessorias, gestores públicos e pessoas que fazem formação e podem sistematizar sua prática em termos de definição de princípios, conteúdo, metodologia e sistematização.

### **Coordenação da Rede de Formadores**

- Rede coordenada pelo GT de formação e ancorada pelas redes regionais de formadores.

### **Organização da Rede de Formadores**

- Organiza-se através de um site da Rede, contendo documentos e informações sobre seus participantes;
- Será animada pelo GT de Formação, com estrutura física e de pessoal da SENAES e do FBES;
- Encontros da Rede de Formadores: um encontro nacional, regional e estadual por ano.

### **Reflexões gerais sobre a Rede de Formadores feita pelo GT de Formação**

- A Rede de Formadores não poderá ser discutida e construída em separado de uma política nacional de formação em economia solidária;
- A Rede de Formadores deverá ter uma estrutura de capilaridade para a sociedade;
- Definir no Encontro Nacional de Formação a relação da Rede de Formadores com o FBES, o Conselho Nacional de Economia Solidária, a SENAES e o GT de Formação;
- A Rede de Formadores deve ser pensada enquanto espaço de continuidade e concretização dos acúmulos até agora construídos pelo GT de Formação;
- Papel da SENAES: de estruturação da Rede de Formadores, um canal, dentre outros existentes, das ações de implementação das políticas da Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- SENAES concebe a Rede de Formadores sob a coordenação do GT de Formação e os membros dessa rede devem possuir uma identidade acerca do processo de formação;
- A Rede de Formadores está nascendo com uma série de responsabilidades. Seus membros possuem acúmulo para assumir e encaminhar todos os papéis atribuídos?

Comentários:

Sob o GT de Formação: Com a constituição do Comitê Temática no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária há necessidade de repensar o papel o GT de Formação. Uma proposta a ser discutida seria a de que ele deixaria de ser um Grupo de Trabalho e passaria a ser um espaço de coordenação/articulação nacional da Rede Nacional de Formadores. Assim teríamos a “extinção” do GT – Formação e a constituição da *Coordenação da Rede de Formadores*. Por outro lado, o tema da formação tem avançado no âmbito dos fóruns estaduais, na medida em que estes constituíram GT's de Formação. Assim é importante que esta estratégia seja disseminada para todos os fóruns (objeto de debate na reestruturação).

Sobre a relação entre Rede Nacional de Formadores e PNFES: Considerando que há consenso de que “*a Rede de Formadores não poderá ser discutida e construída em separado de uma política nacional de formação em economia solidária*” (ver acima) temos necessidade de aprofundar o debate sobre esta articulação. A proposta de criação de um centro nacional (ou escola nacional) deve ser vista como uma estrutura de apoio a Rede de Formadores e, por sua vez, a Rede de Formadores seria a base social para execução das ações de formação da PPNFES.

### **3. Ações e articulação com as demais políticas.**

Além de encaminhar proposições relativas as ações necessárias para a implantação de uma política nacional de formação em economia solidária há necessidade de criar canais de articulação permanente com as demais políticas e programas de formação/educação.

Políticas e Programas prioritários para a PPNFES:

- Plano Nacional de Qualificação – PNQ – ( Codefat / MTE)
- Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC (MCT/MDS/MTE);
- Programa de Assistência e Extensão Rural (MDA);
- Plano Nacional de Educação (Conselho Nacional de Educação/MEC)
- Educação de Jovens e Adultos – Programa Saberes da Terra - (MEC/MDA/MTE);
- Programa Escola de Fábrica - (SETEC/MEC);
- Alfabetização – Programa Brasil alfabetizado – (MEC);
- Programas de Inclusão Tecnológica (MCT);
- Programa de Desenvolvimento Local Integrado – (MIntegração);
- Programa Agenda 21 (MMA);
- Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil);
- Primeiro Emprego – Consórcios da Juventude (MTE);
- Pró-Jovem (Presidência da República);